

ISBN 978-85-5806-003-5

**GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Diagnóstico para implantação da A3P e do PLS na UNIFAP**

Ruan Santana Maciel, Nalimilson Gomes Pinheiro, Alessandra da Silva Mesquita, Mariana Morais
Miccione (Orientadora), e-mail: ruan.sm@hotmail.com.

Associação Goiana de Administração / Comitê Científico / Goiânia/GO.

Resumo: O forte movimento exercido pela opinião pública em relação aos problemas ambientais, tem levado o governo a propor e incorporar políticas públicas para se adequar a esse paradigma. Isso levou ao surgimento de várias ferramentas, sendo a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS, consideradas primordiais na consolidação da responsabilidade socioambiental na Administração Pública. O objetivo do trabalho consistiu na formulação de referências a partir da identificação dos principais aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades da UNIFAP, com vistas a implementação da A3P e formulação do PLS, considerando as peculiaridades das atividades de uma instituição de ensino. O diagnóstico apontou a ausência de normatizações implementadas no âmbito institucional que estabeleçam políticas que atendam às questões ambientais. Dos eixos temáticos prioritários propostos pela A3P e os descritos na IN MPOG 10/2012 foram considerados neste estudo somente os que apresentaram as maiores abordagens, no que se refere às atividades desenvolvidas em âmbito institucional. A implementação da A3P e do PLS permitirá o devido acompanhamento e evidenciará o desempenho da Instituição frente às questões ambientais e os benefícios e contribuições no médio e longo prazo poderão ser usufruídos.

Palavras-Chave: Administração Pública, Sustentabilidade.

1. Introdução

Nos últimos anos as questões relacionadas ao meio ambiente ganharam espaço no cenário político, econômico, social, empresarial, em virtude de um forte movimento exercido pela opinião pública e setores organizados da sociedade civil; e isso tem levado os governos de praticamente todos os países a incorporarem de modo crescente as dimensões ambientais em suas políticas públicas (BARBIERI, 2016).

A nível global, por um longo período as iniciativas dos governos, políticas e ações, eram desenvolvidas quase exclusivamente em caráter corretivo; estes só enfrentavam os problemas ambientais à medida que surgiam. Esse modo de agir produziu ações fragmentadas apoiadas em medidas pontuais, pouco integradas e de baixa eficácia, fazendo-se necessário remodelar o modo de gerir e abrindo espaço para o surgimento de novos conceitos. Somente a partir da década de 1970 que começaram a surgir políticas governamentais para

ISBN 978-85-5806-003-5

tratar as questões ambientais de modo articulado e introduzir uma abordagem preventiva (FREITAS, 2011; BARBIERI, 2016).

O envolvimento cada vez mais intenso do Poder Público em questões ambientais e a abrangência dessa temática fizeram surgir uma variedade de instrumentos de políticas públicas ambientais com fins de evitar novos problemas ou para eliminar ou minimizar os existentes.

Entre os instrumentos basilares que atendem a essas questões no âmbito da administração pública estão, a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, que consiste em um “programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública”; e a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

Os Planos de Gestão Logística Sustentável são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A Universidade Federal do Amapá - UNIFAP é uma Fundação Pública que tem por missão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2015-2019), promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica (UNIFAP, 2015).

Em termos formais, institucionalmente, a UNIFAP ainda não dispõe de um instrumento norteador para implementação de políticas ambientais, ou mesmo do seu respectivo Plano de Gestão de Logística Sustentável. Assim, o objetivo do trabalho consiste na formulação de referências a partir da identificação dos principais aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades da UNIFAP, com vistas a implementação da A3P e

ISBN 978-85-5806-003-5

formulação do PLS, considerando as peculiaridades das atividades de uma instituição de ensino.

Entende-se que este diagnóstico prévio, poderá induzir e nortear a UNIFAP a formular estratégias e ações necessárias à implementação dessas ferramentas, de modo a estimular a mudança do comportamento da Instituição, incorporando critérios de sustentabilidade na sua rotina administrativa, fazendo-se cumprir exigências legais e, principalmente, fazendo-se inserir no contexto da gestão sustentável.

O estudo está organizado em quatro seções. Após introdução, foram discutidos os procedimentos metodológicos adotados, seguindo com a análise e discussão dos resultados, que consistiu no diagnóstico dos principais aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades da UNIFAP juntamente com as propostas e ações a serem consideradas na implementação das ferramentas. E por fim, as considerações finais.

2. Metodologia

A pesquisa baseia-se em um estudo exploratório-descritivo (GIL, 2002; ALYRIO, 2009). O diagnóstico desenvolveu-se no período de setembro a dezembro de 2017, a partir da coleta de informações por meio de Resoluções internas, Ordens de Serviço, Relatórios de Gestão, Licitações, Projetos, Manuais, Sistema Integrado de Gestão (SIGRH, SIGAA, SIPAC), publicadas na *home page* da UNIFAP, bem como sites de outras instituições e canais de publicação de informações do Governo Federal, culminando na identificação das ações já implantadas pela UNIFAP, referentes às práticas preconizadas pela A3P e IN MPOG 10/2012.

No que concerne à abordagem, a pesquisa foi classificada como qualitativa, pois trata da análise do conteúdo levantado, com foco na interpretação das características apresentadas (RICHARDSON, 2009; ALYRIO, 2009).

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou suas atividades em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União.

ISBN 978-85-5806-003-5

De acordo com os dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, é composta de 638 Docentes, 507 Técnicos Administrativos; pelo que consta no Censo da Educação Superior (CenSup), Ano-Base 2016, conta com mais de 10.066 alunos matriculados no 2º semestre de 2017 na modalidade presencial, sem contar os mais de 221 colaboradores terceirizados (UNIFAP, 2017).

3. Análise e discussão dos resultados

Os instrumentos de regulação e políticas internas denotam para a postura da Universidade no que diz respeito à visão sistêmica dos diversos aspectos e temáticas que englobam suas atividades. Dentre estas, as questões ambientais que ganharam ênfase nas agendas de discussões da Administração Pública, e por isso, devem ser consideradas na formulação dos instrumentos estratégicos e no cerne do processo de tomada de decisão.

Ocorre que em busca de instrumentos que enfatizem as questões ambientais pela UNIFAP, localizamos, apenas um documento, construído com base na IN MPOG 10/2012, denominado “PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E RACIONALIZAÇÃO DE GASTOS”, cujo objetivo seria desenvolver práticas de sustentabilidade no âmbito da instituição (UNIFAP, 2014). No entanto, não foi localizado nenhum regramento ou ferramenta (Portaria, Resolução) que estabeleceu ou implementou tal política a nível institucional. Logo, não há nenhuma ferramenta, formalizada, implementada, relacionada ao assunto, no âmbito da UNIFAP.

Com relação à implantação de políticas ambientais emanadas pelo Governo Federal, que buscam incentivar a responsabilidade socioambiental e sustentabilidade na administração pública, observou-se que há apenas menção no PDI de 2016 da elaboração do PLS da instituição, porém, até o momento, nenhuma ação em relação ao mesmo foi iniciada.

Considerando os eixos temáticos prioritários propostos pela A3P e os descritos na IN MPOG 10/2012, art. 8º, as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços contemplam pelo menos 7 eixos, sendo:

- I. Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II. Energia elétrica;
- III. Água e esgoto;
- IV. Coleta seletiva;

ISBN 978-85-5806-003-5

- V. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI. Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- VII. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Analisando as especificidades e o contexto regional a qual se insere a UNIFAP, resolvemos considerar neste estudo somente os eixos que apresentaram as maiores abordagens, no que se refere, às atividades desenvolvidas em âmbito institucional; os aspectos e iniciativas já contemplados; bem como a proposição de ações exclusivas que devem ser consideradas na formulação e implementação de ambas as ferramentas.

Material de consumo

Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Em análise aos documentos oficiais da UNIFAP, constatamos a existência da Ordem de Serviço N.º 003/2017-REITORIA – UNIFAP, de 03 de julho de 2017, que estabelece o uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo. O presente instrumento está fundamentado no Decreto nº 8.539/2015 do governo federal.

A consolidação da Ordem de Serviço N.º 003/2017 - UNIFAP induz a Instituição a adotar um perfil administrativo dinâmico que se traduz na harmonia do princípio da economicidade, conciliando a relação custo-benefício e, ao mesmo tempo, com o princípio constitucional da eficiência. Esta medida, conta como ponto positivo a ser evidenciado e reverenciado, uma vez que, a partir de uma única iniciativa, otimiza e racionaliza o consumo papel para impressão, cartuchos/tinta para impressão, impressoras, atendendo à contento, o inciso I do art. 8º da IN n.º 10/2012. É oportuno evidenciar, que para os casos que há necessidade de impressão de processos/documentos, a Instituição utiliza-se de papel reciclado como forma a contribuir para minimização dos impactos ambientais.

Desse modo, podemos inferir que quanto a este quesito a UNIFAP possui uma postura coerente com as políticas de gestão ambiental, sendo uma Instituição que agrega valor aos serviços oferecidos a partir de um comportamento socioambiental responsável.

ISBN 978-85-5806-003-5

Quanto à redução do consumo de copos descartáveis, observamos várias iniciativas em alguns setores da instituição com fins de conscientizar, principalmente, os servidores técnicos administrativos acerca da redução de seu uso, a partir da adoção de campanhas do tipo “adote uma caneca”. No entanto, essas ações apresentam-se de maneira isolada, não sendo difundidas junto ao restante da comunidade acadêmica, professores e alunos.

Para Fenili (2015) a gestão de materiais na administração pública está inserida no contexto da busca pela maior utilização possível dos recursos públicos. Sendo os materiais recursos públicos, adquiridos e mantidos com recursos oriundos da sociedade, há o dever do agente de empregá-los da melhor forma, maximizando seu uso e evitando desperdícios.

Energia Elétrica

Quanto a este item, realizamos a análise a partir da correlação dos recursos financeiros recebidos pela UNIFAP nos últimos quatro anos, 2014, 2015, 2016 e 2017, com os pagamentos efetuados à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, referente ao consumo de energia elétrica pela Instituição. A partir dos dados coletados, elaboramos a tabela abaixo:

Tabela 1: Comparativo de gastos com energia elétrica em função dos recursos disponibilizados para a instituição

EXERCÍCIO FINANCEIRO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA*(R\$)	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA (R\$)
2014	33.926.410,00	1.005.226,00
2015	45.280.701,00	913.184,09
2016	40.191.355,00	1.330.457,55
2017**	38.166.187,00	1.439.094,24

* Dotação disponibilizada para outras despesas correntes.

** Valores apurados até setembro de 2017

Quanto a este eixo, observamos que temos uma relação inversamente proporcional que deve ser considerada no PLS, uma vez que o pagamento referente ao consumo de energia teve aumento de aproximadamente 45% a partir de 2015, enquanto o orçamento da Instituição apresenta um decréscimo significativo.

Devem existir vários elementos que podem justificar o aumento do consumo de energia, como por exemplo, a expansão da Universidade, construção de novos blocos, salas de

ISBN 978-85-5806-003-5

aulas, laboratórios, até mesmo o aumento dos impostos e da tarifa pela Companhia fornecedora. Mas, claramente é um elemento que tem impacto significativo no orçamento da Instituição e deve ser repensado estrategicamente a partir de políticas e iniciativas que visem a diminuição do consumo, das quais podemos elencar: repensar a construção de novos prédios, a possibilidade de geração de energia a partir de outras fontes (energia limpa), do diagnóstico da situação das instalações elétricas, do monitoramento do consumo, da promoção de campanhas de conscientização; além de outras medidas elencadas na IN 10/2012.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, e da Portaria Conjunta nº 8, de 17 de fevereiro de 2015, estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica, como também estabelece indicadores para monitoramento do consumo nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. No diagnóstico realizado não foram encontrados quaisquer instrumentos, sejam oficiais ou não, que mencionem a adoção destas práticas pela UNIFAP.

Se não há adoção de práticas de gestão do uso da energia elétrica pela instituição, possivelmente, não há conscientização coletiva, que envolva toda a comunidade acadêmica e incentive ao objetivo comum, que é contribuir para a cultura do consumo consciente.

Água e esgoto

Este eixo tem como objetivo estimular boas práticas de gestão e uso (sustentabilidade e racionalização) da água e tratamento de esgoto nas áreas edificadas e órgãos (*campi* e unidades da UNIFAP).

Inicialmente cumpre evidenciar, conforme constatado no SIPAC – UNIFAP, que a Instituição atualmente é beneficiada com uma taxa mensal fixa de pagamento do consumo de água à Companhia de Água e Esgoto do Estado do Amapá - CAESA. A partir deste ponto, já podemos inferir que nem a companhia fornecedora nem a instituição, tem conhecimento do real consumo desse recurso, o que inviabiliza, em tese, a implementação de programas de conscientização para o não desperdício da água.

Essa fragilidade é evidenciada na fala de Harrington (1993) que afirma que se não se pode medir, não pode controlar, se não controla, não gerencia; se não gerencia, não pode melhorar.

Sugerimos que a universidade repense o sistema de abastecimento de água, tendo em vista que, a companhia fornecedora apresenta um serviço deficitário, fazendo com que a

ISBN 978-85-5806-003-5

UNIFAP sofra constantemente com a falta de água, o que compromete a realização de atividades da Instituição.

Uma proposta seria a criação de reservatórios, poços alternativos, sistemas inteligentes de captação de água, como um sistema de aproveitamento de água da chuva, que poderia ser destinada aos banheiros, irrigação dos jardins, entre outras práticas de gestão do uso da água.

Santos (2010) em seu estudo sobre gestão da água em edificações públicas, registrou, após a implantação das medidas para redução do consumo de água, um impacto de redução do consumo de água igual a 24%. Esta constatação corrobora os benefícios oriundos da implantação das ferramentas propostas neste estudo.

Quanto ao esgotamento sanitário, verificou-se que a instituição não dispõe de coleta de esgoto público. Todo o esgoto da instituição é destinado a fossas sépticas setoriais, o que demanda consideráveis custos de manutenção e a longo prazo danos ao meio ambiente. A solução ideal seria a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), a citar o projeto desenvolvido na Universidade Federal de Lavras (UFLA), considerado referência em tecnologia e inovação no que se refere ao tratamento de esgoto em um campus universitário (UFLA, 2016).

Assim como no eixo energia elétrica, a Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 e Portaria Conjunta nº 8, de 17 de fevereiro de 2015 do MPOG, também estabelecem boas práticas de gestão e uso da água, e estabelece indicadores para monitoramento do consumo, sendo novamente constatado, no diagnóstico realizado, a ausência de instrumentos, sejam oficiais ou não, que mencionem a adoção destas práticas pela UNIFAP.

Coleta seletiva

Este eixo propõe que a instituição faça a coleta seletiva de seus resíduos sólidos segregando-os conforme sua constituição ou composição.

Segundo o último relatório de gestão institucional a UNIFAP não dispõe de nenhum mecanismo ou instrumento próprio de gestão de resíduos, salvo contratos com empresas especializadas em descarte de resíduos biológicos (UNIFAP, 2016a).

Possivelmente, como forma de atender ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, foi implantado um sistema de coleta seletiva solidária, com instalação de lixeiras seletoras em alguns pontos do *campus*, no entanto, constatamos no diagnóstico que este

ISBN 978-85-5806-003-5

sistema não se efetiva, uma vez que não foram identificadas as demais etapas, no que se refere a implementação do mesmo, que seriam, uma estação de transbordo e destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Outro fator relevante é que embora exista esse sistema de coleta seletiva solidária, a maior parte dos resíduos sólidos produzido pela instituição é coletada sem segregação pelo serviço interno de coleta, e a Prefeitura de Macapá, responsável pela destinação final desse tipo de resíduo, não possui sistema de coleta seletiva implementado.

Este eixo representa um impasse, pois ao propor ações e planos de gestão de resíduos, esbarramos na ausência do serviço de coleta seletiva, logo, sua implementação é diretamente dependente da regulação do serviço em âmbito municipal. No entanto, mesmo não havendo, a regulamentação do sistema de coleta seletiva pelo município, há a necessidade das ferramentas, quando implementadas, abordar ações de gestão de resíduos sólidos.

Compras e contratações sustentáveis

Este eixo refere-se às licitações sustentáveis e objetiva que a administração pública promova a responsabilidade socioambiental das suas compras a partir de licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis e da compreensão que são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também, apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. Estas aquisições referem-se à compras e contratações de obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial.

Após análise documental, constatamos que a UNIFAP embora atenda às normas que regulamentam as contratações sustentáveis, ainda não é norteadada por um instrumento político estratégico que definam as práticas e os critérios a serem considerados nas aquisições da instituição de modo a evidenciar a inovação e/ou superação às regulações emanadas pelo Governo Federal, consideradas básicas. Não significa dizer que não seja suficiente ou errado atender somente a estes instrumentos legais, porém é oportuno frisar que, tanto a IN 01/2010 e IN 10/2012 são muito flexíveis em relação aos critérios e dimensões a serem consideradas pelos agentes públicos no que diz respeito às questões ambientais, dando margem para que as instituições promovam e estabeleçam critérios e ações para além daquelas previstas em seus textos.

ISBN 978-85-5806-003-5

O processo de compras nas instituições governamentais devem cumprir a legislação pertinente às aquisições públicas, por meio da licitação, um procedimento administrativo no qual se seleciona a proposta mais vantajosa para a Administração, a fim de que os recursos públicos sejam despendidos da forma mais adequada obedecendo aos princípios constitucionais, garantindo condições de igualdade aos interessados e a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme preconiza o art. 3º da lei nº 8.666/1993.

O Governo Federal, por meio da IN nº 01/2010, dispôs sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, orientando para formulação de exigências de natureza ambiental, ao mesmo tempo em que é preservada a competitividade.

Segundo Barbieri (2016) os problemas ambientais exigem da Administração Pública a incorporação de práticas ambientais em suas políticas públicas, por meio de instrumentos de gestão ambiental criados para atingir os efeitos ambientais benéficos. Logo, a mudança no padrão de consumo dos órgãos públicos é induzida a partir da inserção do conceito de licitações sustentáveis em suas aquisições. No entanto, surtem os efeitos esperados quando aplicadas de forma coordenada e orientada a partir de um programa de gestão ambiental institucional, o qual propõe a mudança da cultura de consumo da instituição ao incluir critérios ambientais nas rotinas administrativas.

4. Considerações finais

O primeiro passo a ser dado em direção à implementação da A3P e do PLS fundamenta-se na decisão da UNIFAP em revisar posturas, atitudes e práticas com a finalidade de garantir espaço da Agenda Ambiental nos principais instrumentos de Planejamento e processos decisórios estratégicos. O maior desafio da Responsabilidade Socioambiental consiste na transformação do discurso em práticas efetivas. Planejar, por si só, não garante os resultados, sua resultante é apenas um conjunto de planos e intenções, exigindo cooperação e empenho em torno das causas ambientais.

O diagnóstico mostrou que embora a UNIFAP já atenda a critérios e requisitos estabelecidos pela A3P e IN nº 10/2012, e ainda, que tenha desenvolvido um “Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos”, todas essas iniciativas e instrumentos ocorrem de maneira isoladas e descoordenadas, e sem uma visão

ISBN 978-85-5806-003-5

Sistêmica da Instituição. Uma das maiores fragilidades encontradas está relacionada à ausência do acompanhamento das práticas, sendo que muitas não dispõem de indicadores específicos que mensurem os resultados alcançados, muito menos critérios de avaliação de desempenho que permitam o melhoramento e o redirecionamento das políticas e ações implementadas.

O êxito na implementação das ferramentas propostas nesse estudo demanda engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para incorporar conceitos preconizados, objetivando a mudança de hábitos. Isso possibilitará acompanhamento permanente, de forma a evidenciar o desempenho da Instituição frente as questões ambientais, uma vez que exigirá a elaboração de relatórios que contenha a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas nos anos subsequentes.

Os trabalhos que envolvem a elaboração da A3P e do PLS despendem recursos materiais, humanos e financeiros e não é tão simples de ser implantado, contudo, inúmeros são os benefícios a serem usufruídos, destes, a economia de recursos naturais; redução de gastos institucionais; impacto socioambiental positivo, causado pela gestão sustentável e pelas mudança nos padrões de execução das atividades de caráter administrativo e operacional e principalmente a contribuição para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 281p.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 312 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988.

FENILI, R. R. **Gestão de Materiais**. Brasília: ENAP, 2015. 168 p. (Enap Didáticos, Nº 1)

FREITAS, R. S. **A Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública: Uma Análise do Programa de Sustentabilidade Implementado na Agência Canoas (RS) da Caixa Econômica Federal**. 2011. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2002.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando Processos Empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993

ISBN 978-85-5806-003-5

SANTOS, L.C. A. **Gestão da água em edificações públicas**: a experiência no prédio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) - Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica. Salvador, 2010.

UFLA. Universidade Federal de Lavras. **Estação de Tratamento de Esgoto** é inaugurada com homenagem para o professor Cláudio Montenegro. 2016. Disponível em: <http://www.ufla.br/ascom/2016/09/13/estacao-de-tratamento-de-esgoto-e-inaugurada-com-homenagem-para-o-professor-claudio-montenegro/> Acesso em: dezembro de 2017.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Projeto de desenvolvimento de ações de sustentabilidade e Racionalização de Gastos**. Macapá, 2014. Disponível em: <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/Projeto%de%desenvolvimento%de%ações%de%sustentabilidade%e%Racionalização%de%Gastos.pdf> Acesso em: Dezembro de 2017.

_____. Universidade Federal do Amapá. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2015 – 2019**. Macapá, 2015. Disponível em: <http://www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf> Acesso em: Dezembro de 2017.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2016**. Macapá, 2016a. Disponível em: <http://www2.unifap.br/deplan/files/2011/08/Relatório-de-Gestão-2016-Final.pdf> Acesso em: Dezembro de 2017.

_____. Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH. **Relatórios estatísticos**. Macapá, 2017. Disponível em: <https://sigrh.unifap.br/sigrh/public/home.jsf> Acesso em: Dezembro de 2017.